

História, Educação e(m) Liberdade:

**contributos pedagógicos
da Revolução dos Cravos**



COORDENADORES:

Gonçalo Maia Marques

Luís Mota

Luís Alberto Alves

Manuela Cachadinha

Sérgio Veludo Coelho

História, Educação e(m) Liberdade:

contributos pedagógicos da Revolução dos Cravos

FICHA TÉCNICA

Título:
História, Educação e(m) Liberdade:
contributos pedagógicos da Revolução dos Cravos

Coordenação do Projeto *História, Educação e(m) Liberdade: contributos pedagógicos da Revolução dos Cravos*¹:
Gonçalo Maia Marques

Coordenadores editoriais:
Gonçalo Maia Marques
Luís Mota
Luís Alberto Alves
Manuela Cachadinha
Sérgio Veludo Coelho

Ilustrações (capa e separadores):
Hugo Maciel

Design gráfico:
Pedro E. Santos

Cartazes dos separadores:
Associação 25 de Abril

Edição:
Centro de Investigação e Inovação em Educação (INED)
Institutos Politécnicos de Coimbra, do Porto e de Viana do Castelo,
através das suas Escolas Superiores de Educação

ISBN: 978-989-8756-56-5

Nas comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril de 1974



Apoio:



Página institucional do projeto: <https://ined.esi.ipp.pt/pt/projetos/historia-educacao-em-liberdade-contributos-pedagogicos-da-revolucao-dos-cravos>



Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto
UIDB/05198/2020 (Centro de Investigação e Inovação em Educação, inED).
<https://doi.org/10.54499/UIDB/05198/2020>

COORDENADORES:

Gonçalo Maia Marques

Luís Mota

Luís Alberto Alves

Manuela Cachadinha

Sérgio Veludo Coelho

ined CENTRO DE INVESTIGAÇÃO & INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CENTRE FOR RESEARCH & INNOVATION IN EDUCATION





- 7 Introdução** – Gonçalo Maia Marques, coordenador do projeto de investigação *História, Educação e(m) Liberdade: contributos pedagógicos da Revolução dos Cravos*

19 I Parte: Estudos de História da Educação

- 21 Capítulo 1.** Margarida Louro Felgueiras – *Do estrado à mesa de trabalhos de grupo. A alteração das práticas docentes com a liberdade do 25 de Abril*
- 31 Capítulo 2.** Luís Alberto Marques Alves – *Ensino técnico: um subsistema estigmatizado*
- 41 Capítulo 3.** Joaquim Pintassilgo – *Rui Grcio, educador de abril*
- 53 Capítulo 4.** Luís Mota, Antnio Gomes Ferreira, Carla Vilhena – *Formar professores do ensino primário. “Agente[s] de revolução e transformação” (1974-1976)*

61 II Parte: Estudos de História Viva, Didática da História e de Ciências Sociais

- 63 Capítulo 1.** Pedro Pereira – *Repensar a escola e imaginar a sociedade 50 anos depois de Abril: Breviário de um Manifesto*
- 75 Capítulo 2.** Sérgio Veludo Coelho – *Historytelling: uma ferramenta didática para o ensino da História*
- 87 Capítulo 3.** Gonçalo Maia Marques – *Aprender História (re)vivendo o Passado: experiência de recriação com sentido didático*
- 99 Capítulo 4.** Joaquim Marques de Oliveira – *O desenvolvimento da profissionalidade docente em contexto de construção da democracia portuguesa – reflexões sobre recortes memoriais*
- 113 Capítulo 5.** José Carlos de Magalhães Loureiro – *Fazer e Ensinar História em Liberdade. A leitura de um professor-investigador formado depois de Abril*
- 123 Capítulo 6.** Carlos Montoya-Fernández, Isabel María Gmez-Barreto, Pedro Gil-Madrona, Luisa Losada-Puente e Linda Saraiva – *La caracterización y clasificación del juego en la Educación Infantil a lo largo del tiempo*

- 131 Capítulo 7.** Olga Matos – *A Arqueologia (re)faz-se História – as décadas de 70, 80 e 90 do século XX, em Portugal*

- 143 Capítulo 8.** Manuela Cachadinha – *Mudanças socioeducativas e no ensino/aprendizagem das Ciências Sociais após 1974 – o caso da Sociologia*

- 157 Capítulo 9.** Iolanda Fontainhas – *Desafios à intimidade e(m) Liberdade: reflexões após os cinquenta anos de Abril*

167 III Parte: Estudos Pedagógicos, Didáticos e Ensaios

- 169 Capítulo 1.** Raquel Rato – *Catembe, o filme da Liberdade em tempos de Censura*
- 177 Capítulo 2.** Filipe Rodrigues – *O não que só os artistas podem dizer (uma proposição concetual e especulativa sobre a pintura mural, 1974)*
- 187 Capítulo 3.** Marta Pereira – *Transversalidade pedagógica: Portugal e Estados Unidos utópicos em contexto histórico Experimentações e materializações*
- 193 Capítulo 4.** Leonor Ribeiro – *Do Estado Novo  Democracia: Educação Histórica e Cidadania Global¹*
- 203 Capítulo 5.** Liliana Fernandes – *Questões de Gnero antes e depois do 25 de Abril de 1974: estudo com uma turma do 6. ano de escolaridade²*
- 211 Capítulo 6.** Mariana da Silva Carvalho – *As letras da História: Estudo interdisciplinar sobre as Literacias Históricas em torno do Portugal Contemporneo³*
- 225 Capítulo 7.** Raquel de Oliveira Martins – *O Dia da História: projetos pedagógicos desenvolvidos no âmbito da Licenciatura em Educação Básica, sob tema “Somos Revolução”*
- 233 Isabel Campos** – *Uma Exposição Ephemera – Papéis Da Luta Pela Liberdade: Presos Políticos de Viana do Castelo*

- 241 Ferramenta Pedagógico-Didática**

¹ Acesso  dissertação integral em <http://repositorio.ipv.pt/handle/20.500.11960/2615>

² Acesso  dissertação integral em <http://repositorio.ipv.pt/handle/20.500.11960/3083>

³ Acesso  dissertação integral em <http://repositorio.ipv.pt/handle/20.500.11960/3096>

A Arqueologia (re)faz-se História - as décadas de 70, 80 e 90 do século XX, em Portugal

Olga Matos

ORCID: 0000-0002-4768-5508

Apuram-se e revêem-se, neste trabalho, alguns dos organismos, instituições, acontecimentos, equipas, pessoas e notícias que descrevem e analisam o processo evolutivo histórico da Arqueologia no pós 25 de Abril, em Portugal e que contribuíram, definitivamente, para a sua maturidade e cimentação enquanto ciência histórica, bem como foram factor transformador para a sensibilização pública patrimonial.

A Década de transição: anos 70 e 80

O (re)nascimento da Arqueologia, a partir da década de 70 e, mais concretamente, no pós-25 de Abril, é um facto tremendamente marcante.

A década de 80 marcaria o início das intervenções de valorização dos sítios e o lento e tímido desenvolvimento de projetos de musealização, sobretudo no seio do antigo Instituto Português do Património Cultural - IPPC e da Associação Portuguesa de Museologia - APOM, incentivada por alguns arqueólogos, a quem as influências dos meios internacionais tinham já completamente sensibilizado.

É, efetivamente, a geração de arqueólogos activa nos anos 70 que, por força das vicissitudes da época - a legislação que se preparava, as estruturas patrimoniais criadas, a propícia evolução económica, social e política - produz uma reviravolta na situação e inicia nova fase da Arqueologia Portuguesa.

A Revolução de Abril fez surgir, em discussão aberta e participativa da opinião pública, a questão patrimonial, alargando-se os conceitos dos monumentos e dos seus contextos, noção que a própria Carta de Veneza, de 1964, tinha evidenciado já. Feliz e ilustrativa deste ambiente é a expressão de Raquel Henriques da Silva "O património desceu à rua" (1991, p. 25).

Em contrapartida, tal azáfama cívica na discussão e defesa do património cultural seria indicadora das ameaças constantes a que este se vinha sujeitando, fruto das necessidades de modernização do País e, igualmente, de consciência crescente de que, em termos de valorização e protecção, muito havia, ainda, para fazer.

As vozes que então se faziam ouvir, falavam bem mais alto do lado das Associações de Defesa do Património, que então se criavam e marcavam um papel decisivo, entre 1977 e 1986, na chamada de atenção ao Estado e à Sociedade para a necessidade da introdução de uma vertente educacional para os valores do património.

A criação do IPPC, em 1980, e a dos Serviços Regionais de Arqueologia (Decreto-Lei nº 403/80, de 26 de setembro) constituem um significativo avanço na institucionalização da Arqueologia, na organização dos serviços e na descentralização das funções de acompanhamento e decisão.

No IPPC sobressai o Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, coordenado pelo seu Departamento de Arqueologia e que resultava na aprovação de



projetos de trabalhos submetidos a uma Comissão Nacional Provisória de Arqueologia - CNPA. E, em 1982, acabar-se-á por definir que “de futuro e em termos de apreciação de apoio financeiro do IPPC, a CNPA considerará apenas os trabalhos arqueológicos integrados em projetos de investigação, os quais prevejam quer a escavação, quer a conservação, valorização e divulgação do património arqueológico” (FABIÃO, 1995, p. 87).

O futuro é já conhecido. Poucos apoios, poucos subsídios – denunciam os arqueólogos.

Em termos legislativos, a Lei 13/85 sustentará toda a política institucional, enquanto Lei de Bases do Património Cultural Português, que havia de manter-se até ao fim dos seus dias sem a devida regulamentação e mostrando-se, tantas vezes, inoperante, não correspondendo mesmo às mudanças muito significativas que vieram a operar-se.

Uma referência muito particular ao papel das autarquias, a partir da segunda metade da década de 70, como francas impulsionadoras da Arqueologia Urbana, face à forte pressão urbanística que se fazia sentir, e da Arqueologia Municipal, consequência do franco desenvolvimento dos municípios, numa resposta política mais consciente da necessidade de descentralização.

O estabelecimento dos primeiros protocolos entre as empresas e os responsáveis locais pela Arqueologia são, também, uma conquista dos anos 80.

Destes protocolos há exemplos em Portugal com o caso da Celulose Beira Industrial, S.A.-CELBI e do IPPC, em 1989, entre municípios (Câmara Municipal de Cascais) e empresas públicas, como a Junta Autónoma das Estradas (JAE), Eletricidade de Portugal (EDP) e Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT-TLP), também em 1989.

As vantagens de tais protocolos são evidentes, estabelecendo-se os direitos e obrigações de cada parte, podendo a empresa auferir de benefícios fiscais e havendo, naturalmente, o cariz da obrigatoriedade dos investigadores no tratamento dos dados, na preparação de publicações e na valorização dos sítios, sob a contraposta de subsídios e outros apoios concedidos pelas empresas.

A Arqueologia profissional em Portugal terá início, poderá dizer-se, a partir da década de 70, com os exemplos de Sines, no âmbito da construção do “Complexo de Sines” (1972-1977), e, particularmente, de Braga.

Será, naturalmente, impossível fazer-se aqui o historial de todas as intervenções e campanhas arqueológicas levadas a efeito durante quase vinte anos. Interessa-nos, contudo e sobretudo, marcar aquelas que poderão representar um marco decisivo no renascimento da actividade arqueológica e na protecção e valorização dos achados, sendo nisso o caso de Braga, francamente, paradigmático.

Até aos anos 60, dois terços da *Bracara* romana ficaram intocáveis nas zonas mais arredadas da cidade, só começando a surgir o problema de maciças destruições a partir dessa década, quando a cidade tenta crescer para a zona de Maximinos e da Cividade.

Muitos desses atentados iam sendo denunciados, nos periódicos, pelo Cônego Arlindo Cunha. A sede de construção, contudo, foi devastadora entre os anos 60 e 70 e, nessa altura, além da voz do Cônego, manifesta-se Rigaud de Sousa, a quem se deve uma série de intervenções em Maximinos e imensos trabalhos publicados entre 1965 e 1973 (MARTINS, 1991-1992, p. 185). Será conveniente, igual-

mente, destacar da ação de Rigaud o seu empenho no desenvolvimento de Cursos de Arqueologia para jovens, vindo a ser mesmo promotor, em 1973, de uma zona histórica e arqueológica de Braga, incluindo limites de protecção bem definidos, que infelizmente nunca chegou a ser publicada ((MARTINS, 1991-1992).

Em 1976, cria-se o Campo Arqueológico de Braga e começa a acção de salvamento, acionando, Estado e arqueólogos uma legislação de protecção para a definição da Zona Arqueológica de Braga (Decreto-Lei 640/76, de 30 de julho, renovado e em vigor até 1979).

Além do “campo” da Arqueologia e das equipas de salvamento de *Bracara Augusta*, cria-se a Comissão de Defesa e Estudo do Património - CODEP e articula-se o trabalho das equipas de salvamento das ruínas de Braga, também para a execução de uma série de intervenções fora da cidade, tais como na Geira e no Planalto da Lameira (LEMOS, 1996).

É, pois, este caso, um exemplo de pioneirismo no âmbito da Arqueologia Urbana, na congregação de esforços, na constituição de equipas de escavação e de investigação, de institucionalização e ligação ao meio académico e, sobretudo, no claro avanço legislativo que representou a criação da Zona Arqueológica de Braga.

Não se poderá deixar de salientar, também, a importância das campanhas de escavação luso-francesas de Conímbriga, entre 1964 e 1979; o que representou para a Arqueologia Romana o lançamento das *Fouilles*, entre 1974 e 1979 (ALAR-CÃO, 1993); e os trabalhos levados a cabo pelo Grupo de Estudo do Paleolítico Português - GEPP, um grupo de estudantes de História da Faculdade de Letras de Lisboa, apoiados por Eduardo da Cunha Serrão, para o caso da Barragem do Fratel e do projecto da Arte Rupestre do Vale do Tejo, descoberta por volta de 1970, bem como no Alqueva, na Páscoa de 1975, cujos trabalhos de prospeção foram interrompidos e só retomados nas proximidades da década de 90 (SILVA, 1999, p.26).

Muitas intervenções foram levadas a cabo durante os anos 80, fastidioso seria enumerá-las. Permita-se-nos, contudo, que a título de exemplo, se remeta para o trabalho de Beleza Moreira (1991), registo das ações levadas a cabo pelos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Centro, ou para o artigo de José d’Encarnação (1989) que elenca os projetos de musealização dos sítios arqueológicos, então em fase de arranque ou de projecto ainda, dando conta de um vigor, ainda iniciático, que se começaria a construir por esta altura.

A Década de 90

São os anos 90 que marcam decisivamente todo um conjunto de iniciativas em prole da valorização e musealização dos sítios arqueológicos.

Embora tímidas iniciativas tenham vindo a despertar, ainda na década de 80, a maioria dos projetos que analisaremos são fruto de um novo entendimento de rendibilização cultural e social que o sítio arqueológico foi assumindo.

Esta nova filosofia de entendimento do sítio irá ter eco, igualmente, a nível das discussões e reflexões científicas e técnicas, levadas a cabo em encontros, jornadas e congressos, bem como em publicações, onde o tema começa a ser, frequentemente, uma preocupação dos arqueólogos e dos técnicos.

Como resposta e como necessidade para a abordagem de tais problemáticas envolvendo um conjunto diversificado de saberes, alicerça-se e estruturam-se

novas formas de cooperação nos projetos, participando equipas interdisciplinares, assumindo-se a necessidade de uma postura e de um diferente discurso filosófico e sociológico sobre as ciências e, em particular, da Arqueologia.

Este discurso filosófico e sociológico sobre a ciência, assenta na importante convicção de que, no futuro, se dissipam as diferenças e barreiras entre as ciências e, mesmo em termos de método, cada vez mais se aproximam. Todo o conhecimento científico será local e total, todo o natural será social, todo o conhecimento será autoconhecimento, todo ele visa constituir-se em senso comum (SANTOS, 1996).

Iniciam-se as grandes reflexões sobre a problemática da gestão dos sítios, envolvida pelo questionamento das filosofias da tutela e reivindica-se, fortemente, a necessidade de uma descentralização dos poderes, chamando à responsabilidade os municípios que vão assumindo mais força no período pós-revolução.

As “políticas” arqueológicas abrem mão de uma atitude tão-somente de puro interesse científico, para acompanhar as mudanças que solicitam o seu papel enquanto propiciadora de uma nova perspectiva social de usufruto público e auxiliar preciosa na educação patrimonial. É a sua abertura ao grande público, enquanto factor eminentemente social, construtor de uma imagem reivindicadora da conservação dos seus vestígios materiais, entendidos numa dinâmica activa e, por isso, renovadora e assente numa finalidade de educação permanente da sociedade.

Tal entendimento, ainda que não prioritário por parte de todos os arqueólogos e por todas as entidades, será, provavelmente, o grande motor de arranque dos novos projetos de valorização que vão ganhar força durante toda esta década.

Assim, uma gestão estratégica para a Arqueologia, defendida como política do IPPAR, veio a assumir, em termos de discurso frequente, a necessidade da selecção de locais e investimentos do turismo, das autarquias, dos órgãos da cultura e das entidades privadas; a definição de programas de utilização para o sítio sem pôr em causa a sua conservação; afirmar o princípio de que o património arqueológico não seleccionado para ser alvo de projetos de valorização deve ser conservado tapando essas escavações; reiterar a importância da comunicação com o público e a necessidade de musealização da estação (REAL, 1996).

É, igualmente, neste período que se abrem novas reflexões acerca dos conceitos de património, sítios e lugares e da sua abrangência em termos de espaço e de redes de relações.

O aparecimento de um novo conceito de “Não-Lugares”, segundo a teoria de Marc Augé (1994), vem afirmar e pôr em causa a gestão e manutenção de alguns lugares arqueológicos preservados e mantidos como ilhas para os mediadores turístico-culturais, deles desaparecendo toda uma rede de conexões.

Se um lugar pode definir-se como identitário, relacional e histórico, um espaço que não possa definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar. (...) A sobre modernidade produz não-lugares, ou seja, espaços que em si mesmos não constituem lugares antropológicos e que (...) não integram os lugares antigos: inventariados, classificados e promovidos a “lugares de memória” estes ocupam naquela um lugar circunscrito e específico (1994, pp. 83-84).

Nesta perspectiva e assentes mais fortemente as teorias da necessidade de contextualização e conexões entre sítios e lugares, avançam-se novas ideias sobre a valorização dos sítios arqueológicos.

Desta evidência chovem fortes críticas às formas de musealização de alguns locais em que se trunca a realidade pelos imóveis envolventes, revelando-se como que desenraizados de qualquer tipo de vivência. As visitas a estes lugares, onde a estética prevalece sobre o contexto, não podem possibilitar um olhar merecedor e refletido sobre a ruína, de forma a contextualizar e a ler-lhe os significados, assim como a Arqueologia se transforma mais numa actividade de emergência a reboque das grandes obras.

A actividade arqueológica, ao caminhar para a actividade de emergência, como actividade teórica de professores e de investigadores, é um discurso negativo, mas existente, conduzindo a largas campanhas de propaganda para os financiadores dos discursos e para os políticos, mas que não chega a ser uma Arqueologia com verdadeira utilidade e levada a servir fins para os quais não foi criada.

Afirmam-se, assim, duas tendências para a Arqueologia: a que acha que esta se deve integrar no planeamento e gestão do território e ser entendida como recurso de desenvolvimento e “indústria da cultura”, outra que defende dever existir por si como ciência, como saber do qual o espírito humano necessita e ignorar todas as tentativas para a utilidade turística ou outra. Reafirma-se, aqui, a dicotomia do interesse puramente científico e do interesse eminentemente social, sendo, todavia, este último cada vez mais generalizado.

Apesar do local musealizado ser o “Não-Lugar”, é sempre preferível do que a solução generalizada do abandono. É possível uma Arqueologia bem gerida e organizada, partilhada com o público ainda que “espectacularizada pelos media” (JORGE, 1997).

A ideia de que o património arqueológico só faz sentido se a população o entender como parte de sua identidade e lhe reconhecer um papel social é, contudo, uma questão que se coloca cada vez com mais consciência.

Também a Arqueologia Urbana vive fortemente condicionada pela lógica do mercado imobiliário que determina os seus ritmos de actividade, enquanto a inclusão das Cartas do Património nos Planos Directores Municipais -PDM, continua a ser um acto facultativo ainda, apesar do avanço considerável de tal medida.

Equacionam-se os problemas que estão na base da Arqueologia Urbana: legislação; financiamento; profissionalização de equipas; gestão científica de projetos; gestão da informação e dos acervos; necessidade de especialização de gestão arqueológica, reafirmando-se o papel do Estado na aposta de definição de políticas de musealização e divulgação do património, devendo as ruínas integrar a formação das populações, as autarquias assumirem o papel de respeitar os dispositivos legais de protecção do património, minimizarem os riscos ao planear as zonas urbanas e fazer integrar e valorizar na paisagem os já existentes, defendendo o sentido da Arqueologia Urbana de olhar a cidade como um todo, alargando o monumento histórico ao conjunto urbano (MARTINS, 1997).

Todavia, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, realizada em Malta em 1992, a Conferência do Rio de Janeiro, no mesmo ano, terão despertado as consciências para a necessidade de maior protecção dos vestígios arqueológicos, bem como o Plano Nacional do Ambiente, em 1995, alimentava a esperança de um volte-face legislativo e institucional que a Lei de Bases 13/85, ainda não regulamentada, limitava por desatualização.

As competências ainda não atribuídas às Câmaras na área do Património Arqueológico, a extinção dos Serviços Regionais de Arqueologia em 1991 e, em boa

hora, o aparecimento de algumas iniciativas para a criação da Carta do Património Arqueológico e Arquitectónico e a sua integração nos Planos Directores Municipais – embora sem obrigatoriedade para tal, enquanto a da reserva ecológica, agrícola e florestal era obrigatória – constituíam, sem dúvida, um contrassenso.

A reestruturação da tutela, em 1997, com a divisão do IPPAR e com o aparecimento do IPA, veio a criar grandes expectativas no meio arqueológico em Portugal, ficando, deste modo, definidas as respetivas competências, como se pode inferir dos decretos-lei que ora analisamos.

Para “enquadramento de uma política de prevenção, de salvaguarda, de investigação e de apoio à gestão do património arqueológico imóvel e móvel (incluindo o que se encontra à guarda do IPPAR e do IPM)”, nasce o “Instituto Português de Arqueologia” – IPA, ao qual são atribuídas as funções de assegurar “o cumprimento das obrigações do Estado no domínio da arqueologia”, promover a “institucionalização” desta área “através de uma política de contratualização com outras pessoas coletivas públicas e privadas” e colaborar em ações de “sensibilização pública para o património arqueológico” (Dec.- Lei 117/97).

Apesar desta autonomização, ficam consagradas ainda ao IPPAR as competências no domínio dos imóveis classificados e, nomeadamente, no plano dos projetos de valorização.

Assim, o Departamento de Estudos do IPPAR poderá promover “planos de estudo, (...) em arqueologia” e as Direções Regionais deste Instituto, em número de sete, poderão “estudar, propor e tomar providências destinadas à protecção, salvaguarda e valorização arqueológica de imóveis, conjuntos e sítios”, articuladas com o IPA, além de “prestar apoio técnico e metodológico às ações de defesa e conservação do património arqueológico (...) promovidas por outras entidades” (Dec.- Lei 120/97).

Importa, no entanto, afirmar que, apesar do intrincado e complexo jogo de competências da tutela, e da manutenção da Lei de Bases não regulamentada, há a registar, a exemplo, um caso de atuação e punição por desrespeito à integridade de um imóvel arqueológico classificado.

Inédito, em Portugal, o caso de julgamento de um engenheiro suíço que destruiu, na sua propriedade, com intuito de aproveitamento agrícola, um povoado fortificado da Idade do Ferro, conhecido por Cerro da Rocha Branca, em Silves (MESQUITA, 1999).

O sítio estava classificado como Imóvel de Interesse Público e a destruição terá ocorrido já em abril de 1988. Condenado a 18 meses de prisão pelo Ministério Público, o engenheiro, todavia, conseguiu suspensão da execução da pena por um período de 4 anos. Havia um pedido de indemnização civil, de cerca de 58 milhões de escudos, que viria a ser indeferida.

Mas, sem dúvida, o facto mais mediático da Arqueologia deste período foi proporcionado pela descoberta das gravuras do Vale do Côa, local onde se construía, então, uma barragem.

Tal acontecimento veio conferir à Arqueologia todas as honras e atenções na Comunicação Social, na comunidade científica nacional e internacional e, mais relevante ainda, factor de reflexão, análise e discussão no seio da sociedade portuguesa.

A polémica que então se gerou, pondo em confronto a continuação da construção da barragem, factor decisivo para o desenvolvimento do local para

uns, e a preservação das gravuras como património único no mundo, para outros, transformou-se num verdadeiro novelo de argumentações, tendo algumas por base a tentativa de desvalorização do achado e, mesmo, a desacreditação da classe arqueológica. Tal tentativa alinhava pelo pressuposto da não-antiguidade das gravuras, bem como até pela hipótese de que as metodologias empregues para o seu estudo não seriam adequadas e poderiam levar à sua destruição.

Noticiava se, assim, nos jornais, em letras garrafais, polémicas à volta do Côa afirmando a destruição das gravuras, notícias variadas estas que refletiam a atenção voltada para o local e a especulação científica e jornalística, quanto aos métodos usados para a limpeza das gravuras.

A tais “incursões” respondiam os arqueólogos, também através da Comunicação Social, sustentando as suas razões, mesmo quando os ataques se faziam em comparação com outros exemplos, como Assuão, argumentando que as metodologias hoje seriam diferentes e alimentando não tão só já as questões científicas, mas, e sobretudo, o proveito económico e turístico que daí se poderia auferir (ENCARNAÇÃO, 1996).

Internacionalmente, eram chamados a manifestar a sua opinião os mais conceituados especialistas na área, que viriam a confirmar a importância do achado e, por todo o mundo, Associações, Universidades e Institutos de Investigação manifestavam a sua solidariedade aos arqueólogos portugueses, apelando à preservação das gravuras.

Entretanto, as manifestações sucediam-se um pouco por todo o País, com grande adesão dos estudantes, das escolas e das Associações de Defesa do Património, congregando uma nova atitude de consciência cívica e de convicção pela defesa dos valores culturais, facto nunca visto até então na sociedade portuguesa.

Das várias soluções avançadas, aventou-se a hipótese da preservação das gravuras, mediante o corte das rochas e da sua trasladação para outro local. Tal solução, porém, não satisfazia os arqueólogos, conscientes da importância da manutenção das redes de conexão entre as gravuras e o seu contexto. Tal facto contrariava, inclusive, todas as filosofias que se vinham a afirmar, da necessidade de apreender o monumento na sua envolvente, desde o aparecimento da Carta de Veneza.

As pressões nacionais e internacionais, nomeadamente através não apenas de petições, mas de encontros científicos para a discussão da problemática, como o do Turim, por exemplo, no Verão de 1995, levaram à decisão final do Governo português em suspender a construção da barragem e apostar, definitivamente, na preservação das gravuras e no avanço do projecto de criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Tal decisão veio a ser avançada pelo Chefe do Governo Português e anunciava-se no discurso proferido na Assembleia da República, em 24 de novembro de 1995, pelo Ministro da Cultura:

A solução para o Côa passa por outra política, que é a de ligar a cultura e o desenvolvimento. É esta articulação que, no quadro do “Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa”, o governo se propõe implementar, criando o Parque Arqueológico do Côa. (...) o património é um dos elementos centrais da identidade dos povos. Mas a identidade não é uma sobrevivência que se defende colocando-se num relicário, ela é uma herança de que só somos dignos quando a continuamos

a construir. Mais do que um retrato, ou resto, do passado, a identidade é, no complexo mundo em que vivemos, um instrumento com que se constrói, se pode construir, o futuro (Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1995, pp. 14-15).

Acabava, assim, com final feliz – ainda mais porque o Vale do Côa viria a ser classificado Património da Humanidade pela UNESCO – um dos mais controversos episódios da história portuguesa na luta pela preservação de um conjunto de vestígios arqueológicos, facto que só foi possível graças às significativas mudanças nas estruturas mentais da sociedade e dos políticos portugueses.

Já o projecto de Mértola, embora menos mediático porque não polémico, constitui um dos exemplos mais paradigmáticos da Arqueologia Portuguesa.

No dizer de Cláudio Torres, de que o museu era a própria vila, optou-se por um projecto de musealização com exposição por vários núcleos temáticos, de preferência *in situ*, recuperando testemunhos e reevocando no próprio cenário contextualizado as imagens do Passado, facilitando, assim, um percurso histórico de visita ao traçado urbano do local, ele mesmo entendido como espaço museológico.

A recuperação e adaptação de espaços a museus com a utilização de edifícios simbólicos, ajudando na estratégia de reabilitação de edifícios e do Centro Histórico e qualificando o ambiente urbano, estão presentes e disseminados pela Vila em vários núcleos: a igreja, o núcleo de arte sacra, a casa romana no edifício da Câmara, o núcleo de lápides na sala da torre do castelo, o núcleo árabe – retomando materiais e tecnologias tradicionais de construção.

A ocupação da vila velha mudou a perspectiva do estatuto social dos que lá moravam, requalificando as suas vidas. Assim, agora habitar aquela monumentalidade não é mais sinal de pobreza, apostando-se numa revalidação social da intervenção no Centro Histórico (MATEUS, 1998) e constituindo o projecto de Mértola um claro exemplo de sucesso.

A questão do sucesso ou não das iniciativas arqueológicas no âmbito das autarquias depende da sensibilidade e interesse das populações pela Arqueologia, assim como das relações estabelecidas entre estas e universidades, investigadores e associações, conforme os projetos e planeamento estabelecido e os meios financeiros adequados e disponibilizados. A integração de gabinetes de arqueologia nas câmaras ou de serviços integrados nos museus municipais, em pelouros da cultura ou do planeamento e turismo, deverão estar em articulação com as necessidades, as políticas, os programas e os meios disponibilizados para estas ações. Importante seria o papel das universidades e de outras instituições, assim como do poder local conjugado com o central.

As universidades podiam ter um papel de relevo na gestão do património arqueológico, visto que muitos académicos e universidades são os responsáveis científicos pelas próprias escavações. Mas as universidades que, no então IPPC e no IPPAR faziam parte do Conselho Consultivo, foram agora arredadas de tal função (GONÇALVES, 1997).

A importância na gestão deste património que o papel dos museus e dos órgãos consultivos pode assumir, integrados por representantes do poder local e pela gente da Arqueologia para coordenação das actividades, deveria corresponder à vontade do poder central e não diluir o seu poder e influência, mas concorrer para uma planificação das actividades, na definição de prioridades e na melhor aplicação dos recursos públicos (Câmara Municipal do Seixal, 1997).

O papel centralizador do Estado e o facto de autarquias e instituições de índole científica trabalharem de costas voltadas, não facilitando a boa execução das tarefas, como acontece nalguns municípios, seria um assunto a repensar.

A Arqueologia Portuguesa neste fim de século, enquanto actividade que carregava já alguma adesão social, estava ainda envolta em romantismo. O trabalho de envolvimento do coletivo e de mão-de-obra não especializada podia contribuir como actividade para a qualidade de vida das populações e atrair os jovens.

A acção do Instituto Português da Juventude -IPJ no associativismo juvenil do País, através das associações com actividade arqueológica, constituiu exemplo notável nos apoios dados à Arqueologia, juntamente com as autarquias (OOSTERBEEK, 1997).

Como se pode inferir, a sustentabilidade dos projetos de Arqueologia participados pelos jovens foram, grosso modo, patrocinados por autarquias e outras instituições que não tão só o IPPAR.

Da análise dos problemas da Arqueologia Portuguesa, que traduzem o menor ou maior interesse do Estado e das instituições por este património, Oosterbeek (1997) enumera-os: inventário nacional arqueológico por fazer; ausência de política de prevenção, morosidade nas escavações de emergência e salvamento; a insuficiência de componente laboratorial de ajuda aos arqueólogos; a inexistência de uma política de divulgação eficaz do património arqueológico; inexistência de uma política articulada de conservação mais do que de restauro (défice de recursos humanos); escassez de financiamentos por parte do Estado.

A todos estes factores acrescentaríamos a ausência de uma verdadeira política cultural de mecenato, particular ou institucional, e o atraso nos processos de conservação *in loco* e na musealização dos sítios arqueológicos.

Apesar disto, por ocasião do Encontro de Museus com Coleções de Arqueologia, realizado em Lisboa em 1999, estando em discussão a problemática da criação de uma rede portuguesa de museus, levantou-se o problema da relação do museu e do sítio arqueológico e das dificuldades que se prendem com a falta de investimento nestas áreas e na criação de novos museus. A necessidade de implementar centros de interpretação junto dos sítios, a crise da Arqueologia e a dificuldade em organizar um número cada vez maior e crescente de espólio arqueológico, a questão das escavações sem, todavia, haver lugar, depois, para a publicação e estudo dos dados que delas advêm – são observações ilustrativas das preocupações que apoquentavam os arqueólogos (CANELAS, 1999).

Assim, e no seguimento de análises e críticas que nascem no seio da classe arqueológica, outras teorias vão defendendo a escassa margem de protecção à volta dos monumentos, numa perspectiva de que deveria ser alargada a toda a sua paisagem e diversidade do seu contexto e orientar a Arqueologia Municipal no plano de gestão e de ordenamento do território (SILVA, 1997).

Com mais de 8000 sítios arqueológicos em Portugal e 5500 aguardando confirmação e localização pelos serviços do Estado, à época, a musealização das estações seria urgente, visto que os tempos de mudança, por parte do público, obrigariam a uma resposta pronta que os arqueólogos teriam que ter, como um desafio de contar mais sobre o Passado dos homens do que da Arqueologia (SILVA, 1997).

O papel que os arqueólogos vinham desempenhando seria, sobretudo, nos estudos de impacte ambiental na componente arqueológica, nas escavações em

meio urbano, nos trabalhos de instalação de museus, na musealização de ruínas e preparação de itinerários e roteiros arqueológicos com fins turísticos.

É bem o sinal da mudança da Arqueologia, do perfil do arqueólogo e do gosto do consumidor da Arqueologia, enquanto visitante.

Tal mudança pode ser ilustrada, não apenas pelos projetos finalizados ou em curso, mas pelo conjunto de novas actividades de animação cultural que irão despontando, ao longo, sobretudo, da segunda metade dos anos 90.

A animação /espetáculo nas ruínas e monumentos traduzia uma nova mentalidade e atitude face a estes e refletia um outro sentido de usufruto público.

Por exemplo em S. Cucufate, a 1 de Junho de 1996, com uma iniciativa de elementos fundamentais da cultura alentejana – o vinho e os cantares alentejanos; Sintra, Queluz e Palmela, espetáculos variados de música clássica, bailado e exposições; *Ammaia*, concertos musicais variados; um espetáculo de recriação dos rituais antigos, na anta do Monte Abraão (Belas); o uso de anfiteatros e teatros para espetáculos de teatro e de música, normalmente habituais durante o Verão, um pouco por toda a Europa, tal como os das termas de Caracala, no anfiteatro de Verona, no teatro de *Fiesole*, no teatro de *Eraclea Minoa*, entre outros.

Em Conímbriga, as actividades de animação feitas nas ruínas em 1994 e 1995, nomeadamente um grupo de teatro e um espetáculo pela *Sreet Guard*, constituíram “espetáculos de evocação histórica (...) muito bem aceites feitos em espaços naturais” (ALARCÃO, 1998, p. 83) e bem integrados nas estruturas romanas, bem como, em 1996, a rodagem de um filme, são claros exemplos da nova utilização e possibilidade de usufruto dos sítios arqueológicos.

A necessidade era premente na Arqueologia de não apenas escavar e publicar, mas também pensar na preservação de estruturas e espólios, investir, defender, conservar e divulgar, com finalidades de um melhor contributo para a sociedade (ALARCÃO, 1998).

A promoção de actividades culturais, no âmbito das ruínas arqueológicas da cidade, estava patente nas ações levadas a cabo em Braga, por parte da Câmara Municipal e da Fundação Cultural *Bracara Augusta*, nas comemorações do Bimilénio de Braga que assinalaram o acontecimento com a encomenda de um trabalho de escultura de Pedro Cabrita Reis. Colocada na colina da Cidade, centro da antiga cidade romana, a escultura representa um aqueduto romano. Também, no mesmo âmbito, foram inaugurados quiosques multimédia com a recriação da antiga cidade romana, dando conta da topografia, dos espaços, dos edifícios e do troço da muralha, ilustrativos das suas origens e da sua evolução até à época medieval. Este projecto constituiu uma iniciativa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (LOURO, 2000).

Outras formas da presença da Arqueologia na sociedade podiam refletir-se na representação dos diversos países presentes na “Expo 98” que a assumiram, nalguns casos, como um discurso constante, e mesmo fundamental, para a divulgação dos seus países e da sua cultura.

A Arqueologia esteve presente com diferentes abordagens, representam os países e entidades: Albânia, Argentina (dinossauros), Arménia, Bulgária (cerâmicas e outros objectos), Chile, Chipre, Croácia (cerâmicas e outros materiais em exposição tradicional em vitrines), Egipto, Emiratos Árabes Unidos, Espanha, Grécia, Guatemala, Jordânia (fotografia de sítios arqueológicos),

Macedónia (ex-votos), México, Nações Unidas (documentação sobre escavações), Portugal (Arqueologia subaquática), Turquia (*Çatal Yuk* e *Hassilar*), o pavilhão de Portugal – Investimento, Comércio e Turismo (ICEP) e o pavilhão do Território (gravuras do Cão) (Guia Oficial da EXPO, 1998).

Eram, sem dúvida, os ventos da mudança que se iam fazendo sentir em Portugal na passagem do século XX. Mais que traduzidos em projetos, constituíram, sobretudo, o fruto de uma nova mentalidade que se ia cimentando e que acarretou consigo a necessidade de transformação e a garantia de uma maior consciência do papel social da Arqueologia.

Referências Bibliográficas

- Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. (1995). Dossier Cão, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto.
- ALARCÃO, A. (1998) Conímbriga. Balanço de 100 anos de actividades. In Encontros Cem Anos de Arqueologia. *O Archeologo Português*, Vila do Conde, Barcelos, 14-16 junho, 1996, Vila do Conde, Associação de Protecção ao Património Arqueológico de Vila do Conde, (pp. 77-83).
- ALARCÃO, J. (1993). Alguns problemas de Conímbriga. In Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga. Coimbra, 18-20 outubro, 1990, Instituto de Estudos Clássicos e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra (pp. 55-62).
- AUGÉ, M. (1994). Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade. Coleção Últimas Letras.
- Câmara Municipal do Seixal (1997). O poder local e a gestão do património arqueológico. In 1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: Perspectivas em diálogo, Tomar, Arkeos, nº 1, Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, (pp. 147-150).
- CANELAS, L. (1999). “Escavações a Mais, Estudos a Menos,” Público, 26/6;
- Decreto-Lei nº 640/76 de 30 de julho.
- Decreto-Lei nº 403/80 de 26 de setembro.
- Decreto-Lei nº 117/97 de 14 de maio.
- ENCARNAÇÃO, J. (1989). A arqueologia na modificação da paisagem, *Biblos*, Vol. LXV, 201-220;
- ENCARNAÇÃO, J. (1996). “Foz Cão: o futuro”, O Expresso, 17/08;
- FABIÃO, C. (1995). Património arqueológico em Portugal: gestão de uma memória incómoda, *História*, Ano XVII, Nova Série, nº 11-12, agosto-setembro, 76-91.
- GONÇALVES, V. (1997). Universidades e gestão do património (notas para uma leitura conjuntamente unipolar) “”, 1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: Perspectivas em diálogo, Tomar, Arkeos, nº 1, Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, (pp. 23-29).
- Guia Oficial da Expo 98, (1998). Lisboa, Parque Expo 98, S.A.
- JORGE, V. (1997). O império da ordem e a proliferação dos não-lugares. Contradições da gestão do património arqueológico, 1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: Perspectivas em diálogo, Tomar, Arkeos, nº 1, Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, (pp. 113-137).
- LEMOES, F. (1996). Entre 1976-1996: breve evocação de duas décadas de actividade arqueológica em Braga”, Forum, nº 19, 49-56.
- LOURO, S. (2000). Turismo Cultural no Centro Histórico de Braga, (Seminário/Projecto Individual), Viana do Castelo, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Viana do Castelo;
- MATEUS, R. (1998). Mértola – reflexões sobre um projecto de desenvolvimento local, Encontros Cem Anos de Arqueologia. *O Archeologo Português* (Vila do Conde, Barcelos, 14-16 junho, 1996), Vila do Conde, Associação de Protecção ao Património Arqueológico de Vila do Conde, (pp. 109-128).
- MARTINS, M. (1991-1992). Bracara Augusta: a memória de uma cidade, *Cadernos de Arqueologia*, série II, nº 8-9, 177-197.
- MARTINS, M. (1997). A gestão da arqueologia urbana. Realidades, problemas e desafios”, 1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: Perspectivas em diálogo, Tomar, Arkeos, nº 1, Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, (pp. 91-111).
- MESQUITA, A. (1999). Supremo pune destruição de estação arqueológica, Público, 25/05.
- MOREIRA, J. (1991). Ações de emergência e recuperação do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, Actas das IV Jornadas Arqueológicas Investigação e Defesa do Património, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, (pp. 93-98).
- OOSTERBEEK, L. (1997). Associativismo e património arqueológico, 1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: Perspectivas em diálogo, Tomar, Arkeos, nº 1, Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, (pp. 45-53).
- REAL, F. (1996). Património arqueológico e estratégias de desenvolvimento, Encontros Cem Anos de Arqueologia. *O Archeologo Português* (Vila do Conde, Barcelos, 14-16 junho, 1996), Vila do Conde, Associação de Protecção ao Património Arqueológico de Vila do Conde, (pp. 183-190).
- SANTOS, B. (1996). Um Discurso sobre as Ciências, 8ª edição, Afrontamento, Porto.
- SILVA, A. (1999). Salvamento Arqueológico no Guadiana, EDIA, Beja.
- SILVA, I.; CUNHA, A. (1997). Projecto de integração e valorização do núcleo de ruínas arqueológicas das “Frigideiras do Cantinho” – Braga, III Encontro de Arqueologia Urbana (20-23 fevereiro), Almada, (não publicado);
- SILVA, R. (1991). Defesa do património: do passado ao futuro, In Conservação do Património Cultural, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Ministério do Emprego e Segurança Social, (pp. 23-25).